A SACRALIZAÇÃO DA COISA JULGADA E A POSSIBILIDADE DE SE DAR DEFINITIVIDADE A JUÍZOS LIMINARES

THE SACRALIZATION OF RES JUDICATA AND GIVE THE POSSIBILITY OF LIMINARY DECISIONS

Cristiano Becker Isaia*

Resumo

O presente trabalho propõe repensar a estrutura e a função da coisa julgada no universo composto pelas sentenças liminares. Para tanto, passando por alguns procedimentos diferenciados, parte da premissa de que o desafio está em compreender que o processo, o que se deve ao legado liberal, tem se apoiado principalmente na posição ocupada pelo procedimento, fato inautêntico ao universo hermenêutico, o que leva a uma necessária releitura da coisa julgada, principalmente quando relacionada a procedimentos sumarizados, caracterizados pela emissão de sentenças liminares. À luz do estado Democrático de Direito a coisa julgada carece de uma reflexão hermenêutica, partindo-se do pressuposto de que não pode continuar a ser transformada numa metafísica ferramenta para obnubilar o aparecer do caso concreto em sua singularidade. Levando-se em consideração o acima exposto, a matriz teórica (método de abordagem) adotada foi a fenomenológico-hermenêutica, que constitui um “deixar ver” que o fenômeno é essencial para o desvelamento, para que o jurista (que desde já sempre tem experiência de mundo antecipada pela pré-compreensão) possa compreender a realidade, abnegada pelo positivismo jurídico e pela filosofia da consciência, a partir da tradição em que está inserido e da finitude de seu conhecimento. Os métodos de procedimento adotados foram o histórico e o monográfico.

Palavras-chave: coisa julgada; sentenças liminares; hermenêutica

Abstract

This work proposes rethinking the structure and function of res judicata in the universe consists of the preliminary sentences. To do so, going through some different procedures, based on the premise that the challenge is to understand the process, which is due to the liberal legacy, has relied mainly on the position occupied by the procedure, a fact not authentic to the hermeneutic universe, which leads required a reinterpretation of res judicata, especially when related to procedures summarized, characterized by the issuance of preliminary sentences. In democratic state res judicata requires a hermeneutical reflection, starting from the assumption that there can still be transformed into a tool for obnubilar the practice case in process. Taking into consideration the above, the theoretical matrix (method approach) was adopted phenomenological-hermeneutic, which is a "make do" phenomenon that is essential for the unveiling, that the lawyer (who-ever-since world experience has always anticipated by pre-understanding) can understand the reality, selfless by legal positivism and the philosophy of consciousness, from the tradition in which it is inserted and

* Doutor em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor Adjunto do Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professor Adjunto do Curso de Direito do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA). Coordenador do NEAPRO/UFSM (www.ufsm.br/neapro). E-mail: cbisaia@terra.com.br.

the finitude of his knowledge. The methods of procedure were adopted and the historical monograph.

Keywords: res judicata; preliminary sentences; hermeneutics.

Introdução

Em *terra brasilis*, quando se fala em *coisa julgada* não há como deixar de lembrar Liebman, até mesmo porque o sistema processual recepcionou os ensinamentos do professor italiano neste e em muitos outros elementos da cadeia processual. Liebman sempre enfatizou a ideia de coisa julgada enquanto uma força vinculante da declaração, uma “eficácia da declaração” que indicaria o efeito constante de todas as sentenças. Diferenciando efeito e eficácia da sentença, para Liebman a coisa julgada seria uma qualidade da sentença, o que a levaria a condição de imutabilidade.¹

Independente disso, o tema *coisa julgada*, ao longo da trajetória evolutiva do direito processual civil, foi e ainda vem sendo alvo de intensos debates a nível doutrinário e jurisprudencial. O ponto de partida (e, muitas vezes, de chegada) reside no fundamento ideológico da coisa julgada, tratada como um dos marcos basilares do sistema processual. Em meio a correntes relativistas e não relativistas, é inclusive garantia constitucional.

O objetivo deste ensaio, diante dessas questões, está em oferecer ao leitor uma visão um tanto quanto diferente da perspectiva clássica relacionada ao tema. Isso porque, partindo-se da extensa gama de direitos sociais constitucionalmente previstos principalmente a partir do segundo pós-Guerra Mundial, e de outros manifestados no final do século XX e início do século XXI, estes principalmente decorrentes dos avanços das novas tecnologias, ainda considerando a própria trajetória histórica de tais direitos, a ideia, diante do necessário rompante à ordinarização do processo civil, está em pensar a coisa julgada no interior das denominadas sentenças liminares², o que implica, de certo modo, tratar de sua “flexibilização” ou “relativização”.

De outra banda é inegável que a coisa julgada, enquanto manifestação estatal nitidamente preocupada com o resguardo da segurança jurídica, à qual se lhe empresta o poder de tornar imutável a decisão judicial, fator sedimentado pelo liberalismo político, encontra morada no sonho racionalista e em sua obsessão pelo encontro a verdades eternas.

¹ LIEBMAN, Enrico Tullio. *Eficácia e autoridade da sentença*. Tradução de Alfredo Buzaid e Benvindo Aires; Tradução de textos posteriores à edição de 1945 e notas relativas ao direito brasileiro vigente, Ada Pellegrini Grinover. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

² Para um maior aprofundamento sobre o tema, consultar nosso *Processo civil e hermenêutica: a crise do procedimento ordinário e o redesenho da jurisdição processual civil pela sentença (democrática) liminar de mérito*. Curitiba: Ed. Juruá, 2012.

Esse sonho, ainda velado pela cultura manualística de processo civil, habita o próprio ambiente processual, principalmente quando se deleita na ritualização fase a fase ordinária, morada da cognição exauriente e do contraditório prévio.

Um dos desafios desse século, por isso, ao menos no ambiente processual civil, está em discutir os limites e as possibilidades para o que se poderia denominar de *releitura hermenêutica da coisa julgada*. A nosso ver, nenhum ambiente processual é mais adequado para tal releitura que o desvelado pelas sentenças liminares, aqui compreendidas enquanto meio necessário à satisfação dos direitos sociais, como logo se verá. Isso porque se faz necessário superar um paradigma que revela uma deficiência de realidade no mundo processual, caracterizada pela supervalorização do processo de conhecimento de rito ordinário, que tradicionalmente vem sobrelevando a consciência do magistrado e a obsessão pelo encontro de certezas e verdades eternas no trato de direitos subjetivos meramente individuais.

O que a processualística civil teima em aceitar é que o que se pode denominar de sociedade pós-moderna, muito em razão do processo de mundialização, acabou sufragando qualquer espaço processual em que não se trabalhe com incertezas, indeterminações ou instabilidades. Isso faz parte do cotidiano processual. É inafastável do âmbito do processo. Um fenômeno que deve ser enfrentado, ao invés de ser tratado como um problema carente de soluções mirabolantes. Todavia, assim tem ocorrido no sistema processual civil, fato alimentado pelo uso impensado de súmulas, da “jurisprudência dominante”, dos recursos “repetitivos”, somente para citar estes exemplos.

Em resumo: o processo civil do século XXI não pode mais continuar a tutelar o meio ambiente, a bioética, o biodireito, a bioengenharia, o consumidor, os direitos oriundos das novas tecnologias, de uma sociedade em rede etc., tendo como “instrumento” principal um procedimento que, além de moroso, de longa duração, como é o rito ordinário³ do processo de conhecimento, continua a sustentar uma perspectiva metafísica quando o tema é coisa julgada, ainda compreendida enquanto dogma, enquanto algo que traz em si uma essência, sem questionar, em cada caso concreto, se é ou não compatível com a Constituição.

O direito processual civil teima em ignorar que a coisa julgada, enquanto ente, está sujeita ao processo de atribuição de sentido pelo intérprete, limitado, sempre, à Constituição. Por isso desconsidera, obnubilada pela mesma processualística clássica, tornando-as menos

³ Por isso Cruz e Tucci refere que o procedimento ordinário, como técnica universal de solução de litígios, deve ser substituído, na medida do possível, por outras estruturas procedimentais, mas condizentes com a espécie de direito material a ser tutelado. *In: Tempo e processo: uma análise empírica das repercussões do tempo a fenomenologia processual (civil e penal)*. São Paulo: Ed. RT, 1997, p. 120.

importante, ou mesmo sem importância, as condições de tempo e compreensão em que foi “forjada”, olvidando que essas condições se transformam⁴, e que por isso, hoje, podem não ser mais as mesmas do momento de sua formação.

Delimitado o campo de enfrentamento, a missão, por primeiro, está em fornecer elementos para que se compreenda como é possível a constituição de tais sentenças liminares, tendo-se como premissa o necessário rompimento com a ordinarização do processo, principalmente no que tange à proteção/satisfação dos direitos sociais. Por segundo, mas principalmente, mergulhar a coisa julgada nesse (outro) universo processual. Nesse universo processual e procedimental que se mostra compatível com o que clama o Estado democrático (e social) de direito.

1 Direitos sociais e processo civil ordinarizado

O procedimento ordinário está desajustado no atendimento à sociedade contemporânea. De fato, o próprio processo de conhecimento está, já que todo o processo de conhecimento é por índole e vocação um procedimento ordinário.⁵ Sua principal característica é a finalização pela sentença. Um contexto, a título exemplificativo, em que inexitem sentenças liminares, o que demonstra a forma como a verossimilhança vem sendo trabalhada no âmbito do processo. E em que julgar ou decidir é sinônimo de julgamento definitivo, idôneo à produção da coisa julgada enquanto manifestação liberal, capaz de gerar eternidade, imutabilidade, refletidas no fato de que sentença final, segundo dispõe o próprio código de procedimento, tem “*força de lei nos limites da lide e das questões decididas*” (sic, artigo 468).

Um procedimento em que “ainda que o magistrado se convença, logo nas fases iniciais do litígio, que o autor tem a seu favor uma elevadíssima probabilidade de vencer a demanda, terá ele o dever de manter-se ‘neutro’, fingir que disso não sabe, para privilegiar o demandado, em favor do qual as expectativas de vitória sejam escassas ou nulas”.⁶ Daí ser possível afirmar que o processo civil de que faz exigência o Estado Democrático de Direito, por nítida e inequívoca pressão gerada pelo processo de complexização social, remete à superação do império da razão, o que o levou à crença de ser ciência, imune às próprias

⁴ HOMMERDING, Adalberto Narciso. *Fundamentos para uma compreensão hermenêutica do Processo civil*. Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, 2007, p. 236.

⁵ SILVA, Ovídio A. Baptista da. Processo de Conhecimento e procedimentos especiais. In: *Da sentença liminar à nulidade da sentença*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2002, p. 96.

⁶ *Idem, ibidem*, p. 97.

transformações da sociedade. Também ao primado atribuído ao indivíduo, suprimindo o planejamento coletivo.

Logo, carece o processo de um *repensar* a partir do novo modelo de organização social que se apresenta, onde a sociedade assiste a revoluções tecnológicas (expansão das tecnologias, das biotecnologias), a mutações do sistema produtivo (adaptação das formas de trabalho). E, também, das próprias relações sociais, que nas sociedades dominadas pela urgência e pela mudança tendem a ser vividas sob o modo da instantaneidade.⁷

O sonho racionalista de que a lei teria sentido único e que o processo interpretativo é inconciliável com a prática processual, o que sustenta o moderno conceito de jurisdição desde Chiovenda e sua tese da declaração da vontade (única) da lei, certamente vem contribuindo para embaraçar a utilização das decisões antecipatórias, haja vista que o juiz, classicamente, só está autorizado a julgar o mérito da ação na sentença final, aquela única capaz de “fazer lei nos limites da lide”. Essa é a causa que justifica porque as medidas antecipatórias são concebidas pelo sistema processual como medidas do processo, nunca do mérito da causa, esse exclusivo da sentença.

Diante, portanto, do fato de que não é uma preocupação de grande parte da doutrina investigar as raízes históricas, filosóficas e políticas da jurisdição processual civil nos países da tradição ocidental, fica claro entender o distanciamento da formação dogmática em processo, distante da dimensão hermenêutica. Uma distância expressada, de um lado, pela fixação da metodologia de conhecimento ordinária no encontro, pelo juiz, da “verdade da lei” ou do fato que se apresenta à jurisdição processual. De outro, por uma forma de compreensão que leve em conta a participação do intérprete no processo de construção dos atos jurisdicionais a partir de sua condição de ser-no-mundo.

Profanar o procedimento ordinário não é o mesmo que propor o seu fim. É simplesmente compreender que, diante principalmente dos novos direitos oriundos do movimento neoconstitucionalista compromissário e dirigente, bem como de uma nova sociedade que se apresenta no século XXI, o mesmo se encontra obsoleto. Para uma melhor compreensão dessa afirmação, cumpre lembrar que o processo de conhecimento de rito ordinário seria sedimentado sob os pilares do liberalismo-racionalista para proporcionar ao magistrado a possibilidade de um julgamento seguro, o que tem como condição de possibilidade, fato que acabou condicionando praticamente todo o processo de conhecimento,

⁷ CHEVALLIER, Jacques. *O Estado pós-moderno*. Tradução de Marçal Justen Filho. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2009, pp. 16-17.

a mais exaustiva instrução probatória que a causa pudesse oferecer. Essa mesma obsessão também sedimentaria o instituto da coisa julgada como hoje é conhecido.

É fácil perceber, com isso, principalmente a partir das raízes do procedimento ordinário, que o mesmo nunca exerceu maiores preocupações em relação à proteção das situações de aparência, fulcradas sob outros pilares, estes da verossimilhança. Um procedimento que, com isso, acabou dando prevalência ao aspecto formal da sentença, pecando sob o ponto de vista da efetividade. Talvez por isso acabou sendo alvejado por alguns “rompantes” processuais. Para o presente estudo, destacam-se a tutela “cautelar” de urgência satisfativa autônoma, a tentativa de quebra do princípio da unicidade da sentença e, finalmente, a tentativa (metafísica) de universalização das sentenças liminares, o que se deu por ocasião do artigo 285-A do código de procedimento vigente.

O procedimento cautelar classicamente vem sendo definido pela doutrina processual civil, em especial a italiana, principalmente por obra de Calamandrei, como um procedimento autônomo diferenciado, caracterizado pela limitação (provisoriedade) da duração de seus efeitos, relacionados a um estado de conservação, de proteção de algo. Esse algo, para Calamandrei, seria um evento sucessivo, um outro procedimento jurisdicional, que em contraposição ao procedimento cautelar seria de índole definitiva.⁸ Disso se depreende, o que certamente daria outro estudo, a constatação de que, para Calamandrei, o procedimento cautelar serviria a tutelar o processo principal, seja de conhecimento ou execução, e não o direito subjetivo em situação de risco e destinado, após a concessão da cautela, a declaração ou a satisfação pela ação principal, esta de ordem definitiva.

É importante salientar que o processo cautelar, desde Calamandrei, não pode ser considerado um verdadeiro rompante ao processo de conhecimento e seu corolário rito ordinário, simplesmente pelo fato de que seu desiderato é outro. Tampouco ao processo de execução, levadas em consideração as bases pelas quais está assentada a jurisdição dos países da tradição ocidental. Isso porque enquanto o processo de conhecimento e seu rito ordinário têm a finalidade precípua de declarar direitos, e enquanto o processo de execução destina-se à satisfação desses direitos, o processo cautelar guarda relação à sua proteção, o que evidentemente contradiz Calamandrei e a provisoriedade dos procedimentos cautelares, ou seja, a visão de processo cautelar enquanto “instrumento do instrumento”.

Ao conceituar a tutela cautelar, principalmente em razão da premissa sedimentada desde Calamandrei, esta referente ao fato de que aquela sempre fora provisória, já que

⁸ CALAMANDREI, Piero. *Introdução ao Estudo Sistemático dos Procedimentos Cautelares*. Tradução de Carla Roberta Andreasi Bassi. Campinas: Ed. Servanda, 2000, pp. 25-27.

dependente de um procedimento (principal) definitivo, Ovídio Baptista, contrariando o renomado processualista italiano, teve o cuidado de alertar que o desiderato do processo cautelar é o de assegurar a realização dos direitos subjetivos, isso sem satisfazê-los.⁹ A não satisfação, portanto, revestida pelo objetivo da asseguaração do direito subjetivo, consistiria a marca fulcral dos procedimentos cautelares.

Sua expansão, principalmente em período anterior à instituição da antecipação de tutela no sistema processual civil brasileiro, o que se deu somente em 1994, está intimamente relacionada às insuficiências do procedimento ordinário. Como explicar essa afirmativa, se, como a pouco se aludiu, o processo cautelar não é um rompante ao rito ordinário? A explicação passa pelo fato de que classicamente o processo de conhecimento, dado o fato de não admitir, em sua gênese, a cumulação das atividades de conhecimento e execução, fez com o procedimento cautelar fosse utilizado enquanto “instrumento” a serviço de pretensões de ordem realizadora (satisfativa) de direitos subjetivos, utilizando-se da via puramente procedimental cautelar para driblar a ordinarização, isso na tentativa de sumarizar demandas satisfativas. Daí a enxurrada, segundo relata Ovídio Baptista, antes da instituição da antecipação de tutela, das conhecidas cautelares de índole satisfativa, que têm o nome e a forma procedimental de um procedimento cautelar, mas servem ao desiderato satisfativo (logo, ao desiderato não cautelar).¹⁰

Tal fenômeno foi mitigado a partir da instituição das medidas de antecipação de tutela do artigo 273 do código de procedimento, que atualmente reproduzem basicamente as cautelares-satisfativas, mas que com elas não se confundem. O importante, nesse contexto, é então ressaltar que a utilização do procedimento cautelar com vias de satisfatividade, como forma de desordinarizar o processo de conhecimento, é um dos principais rompantes ao rito ordinário e sua aversão aos provimentos liminares.

Como leciona Ovídio Baptista, aquilo que a doutrina, classicamente, vem denominando “cautelar-satisfativa”, nada mais é do que uma tutela antecipatória de tipo interdital¹¹, semelhante ao que já ocorreu no processo romano de período clássico. O problema é que essa tutela de tipo interdital nunca conviveu harmoniosamente com a ideologia da ordinariedade, afirmação justificável até mesmo pela forma como as medidas antecipatórias de tutela foram recebidas pelo direito processual brasileiro, que as internalizou no processo de conhecimento.

⁹ SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Curso de Processo Civil*, volume II: processo cautelar (tutelas de urgência). 4.^a edição. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2007, p. 26.

¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 13.

¹¹ *Idem, ibidem*, p. 22.

Para que se possa compreender essa forma de tutela antecipatória de tipo interdital é preciso compreender a distinção entre proteção e satisfação de direitos, bem como o fato de que a processualística civil nega que seja possível satisfazer direitos provisoriamente. Aliás, esse é um nítido resquício da concepção de jurisdição processual de matriz racionalista, pela qual ao magistrado cumpriria declarar direitos, pelo silogismo, na sentença; um pensamento relacionado a uma ciência do processo preocupada com a clareza dos textos jurídicos, partindo do pressuposto de que estes deveriam conter o sentido das próprias proposições jurídicas, relegando a linguagem a uma terceira coisa, já que seu fundamento estaria em encontrar significados que justificassem os exemplos mais representativos (Leibniz).

Se satisfazer, pois, é realizar, é descer ao mundo dos fatos, ao mundo da vida, como negar, por exemplo, que em uma ação possessória o deferimento de liminar em prol do autor autorizando-lhe o reingresso na posse da coisa seja outra coisa que não satisfazer sua pretensão? O mesmo se pode dizer em relação à composição de danos ambientais em sede liminar. Como negar que uma decisão dessa natureza tenha caráter satisfativo, partindo-se do pressuposto de que mesmo que improcedente a ação principal os resíduos tóxicos retirados não mais retornarão aquele lugar?

Diante disso é que este estudo parte do pressuposto de que as decisões liminares não são simples decisões sobre o processo, mas, sim, decisões sobre o mérito da própria causa, e que, por isso, não são incompatíveis com o desiderato satisfativo, premissa justificável filosoficamente através da constatação de que o ser do ente da liminar e o da sentença é o mesmo.

Esse tratamento pode ser empregado nas mais autênticas modalidades processuais de rompimento com o procedimento ordinário que se tem conhecimento na doutrina de processo moderna. Tratam-se das medidas “cautelares” urgentes satisfativas autônomas, provenientes da utilização às avessas do processo cautelar, que passou em determinado período da evolução do direito processual civil a servir como um meio à obtenção de respostas jurisdicionais mais céleres, sem adentrar no desiderato protetivo do processo cautelar, mas utilizando-se de seu procedimento para tutelar pretensões de ordem satisfativa, como já se fez referência.

O próprio Calamandrei atestou essa possibilidade, especialmente ao denominar como espécies de procedimentos cautelares a *antecipação dos procedimentos decisórios*. Nesse grupo, segundo o processualista, entram “aqueles procedimentos com os quais se decide provisoriamente, esperando que através do processo ordinário se aperfeiçoe a decisão definitiva; uma relação controversa, pela indecisão da qual, se esta perdurasse até a emanção

do procedimento definitivo, poderiam derivar a uma das partes irreparáveis danos”.¹²

O que talvez Calamandrei não se tenha dado conta é que essa modalidade de procedimento cautelar abriu passagem para as formas de tutela satisfativa antecipada, que visam acelerar a satisfação do direito contra a situação de *periculum in mora*, gerada pelo procedimento ordinário. São muitos os exemplos de utilização dessas medidas “cautelares” urgentes satisfativas autônomas, tanto na doutrina quanto na jurisprudência brasileira. Ovídio Baptista, sobre o tema, aduz a hipótese em que uma medida cautelar foi postulada pelo locador para a realização de reparos urgentes impostos por medida de segurança; noutra situação exemplificativa, esta retirada da obra de Mario Dini, alude à concessão de provimento cautelar, autorizando o arrendante de um imóvel rural a cultivá-lo pessoalmente, quando o arrendatário omite-se de fazê-lo segundo sua obrigação contratual, impedindo que o imóvel cumpra com sua função econômica. Dois nítidos exemplos de utilização do procedimento cautelar com vias à obtenção de uma medida satisfativa e definitiva sob o ponto de vista fático, já que nem as obras de reparação urgente nem o cultivo do arrendante poderão ser desfeitos, sobrevindo uma sentença subsequente, ainda que emanada de um processo principal.¹³

Quanto à jurisprudência, vem esta consolidando a utilização das referidas medidas satisfativas, processadas pelo rito cautelar como forma de sumarizar demandas, evitando a morosidade do procedimento ordinário. No julgamento do Recurso Especial n.º 875.993, o Superior Tribunal de Justiça, por intermédio do Ministro Teori Albino Zavascki, em demanda em que a parte autora postulava tão somente o restabelecimento do serviço de fornecimento de energia elétrica, arguindo pela desnecessidade na propositura de uma ação principal definitiva, referiu que “é dispensável a propositura da ‘ação principal’ quando a ação denominada ‘cautelar’ contém pedido de natureza satisfativa de direito material”.

De igual modo, o reconhecimento de demandas “cautelares” satisfativas ocorreu no julgamento, pelo Tribunal do Estado do Rio Grande do Sul, do Recurso de Apelação n.º70033349739, onde a magistrada Denise Oliveira Cezar, apoiando-se em semelhantes casos provenientes de outros Tribunais brasileiros, em especial do Superior Tribunal de Justiça, admite a utilização de medida cautelar satisfativa em que se pugnou pelo fornecimento de água/esgoto à unidade consumidora do autor.

São muitos os exemplos que atestam a possibilidade de utilização dessas medidas, de

¹² CALAMANDREI, Piero. *Introdução ao Estudo Sistemático dos Procedimentos Cautelares*. Op. Cit., p. 64.

¹³ SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Curso de Processo Civil*, vol. II: processo cautelar (tutelas de urgência). Op. Cit., pp. 69-72.

forma justamente a romper com o império do procedimento ordinário e sua inafastável morosidade, sumarizando demandas que por sua natureza seriam realmente incompatíveis com o ritualismo fase a fase ordinário.

Todavia, não fica simplesmente por aí o registro de locais de sumarização processual que romperam com a ordinaryidade. Outro exemplo está na quebra do princípio da unicidade da sentença. Sobre essa possibilidade, é importante destacar que, tradicionalmente, em processo civil, a sentença é definida como o ato por meio do qual o juiz, a partir de um processo de subsunção da norma legal ao fato concreto, encerra o processo em primeiro grau de jurisdição, proferindo decisão terminativa ou definitiva, ou seja, com ou sem resolução do mérito da causa. Em direito romano, como assevera Chiovenda, a sentença, ou *sententia*, indicava uma provisão do juiz em que o mesmo exprimia o seu conceito sobre o fundamento do pedido, recebendo-o ou rejeitando-o, e definindo a lide com a atuação da vontade concreta da lei a respeito do bem controverso. Por isso, diz Chiovenda, *sententia* definitiva é sinônimo de *sententia*.¹⁴

Em direito romano não havia *sententia interlocutoria*. As medidas tomadas no curso de um processo eram *interlocutiones*. Elas se relacionavam, por exemplo, a ordenação de uma citação, a declaração de inadmissibilidade do Recurso de Apelação, etc. Já a *sententia* definia a lide. Também diversa era a sistemática recursal de uma e de outra. A *sententia*, já que recaía sobre o fundamento do pedido e produzia coisa julgada, era apelável, enquanto que a *interluctio* não. Essa diferença serviu para que classicamente as sentenças definitivas fossem tratadas de modo absolutamente diferente às decisões interlocutórias, razão pela qual passaram estas a tratar da solução de questões incidentais, enquanto à sentença ficou reservada à definição da questão principal da causa.¹⁵

Veja-se como essa concepção de sentença enquanto resultado do silogismo entre premissa maior (lei) e menor (fato), guarda relação a uma concepção simplista do que realmente significa o ato sentencial. Isso porque, evidentemente, a sentença não se resume a simples adequação da norma ao fato, mas depende de um processo construtivo a partir da posição ocupada pelo magistrado.¹⁶ Compreender a sentença, ao menos a partir de aportes hermenêuticos (de ordem filosófica), é dar-se conta de que o conhecimento sobre o fato (caso concreto), ou seja, o próprio acesso a ele, sempre se dá a partir de um ponto de vista, de uma

¹⁴ CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil*. Vols. 1, 2 e 3. Campinas: Bookseller, 1998, p. 156.

¹⁵ *Idem, ibidem*, pp. 156-166.

¹⁶ Para maiores aprofundamentos, consultar nosso *Processo civil, atuação judicial e hermenêutica filosófica*. Curitiba: Ed. Juruá, 2011.

pré-compreensão. Esta é condição inexorável à interpretação e (não cindida) aplicação do direito (que do fato não se cinde). Para interpretar é preciso compreender, o que tem como condição de possibilidade a pré-compreensão, que se constitui num constante (re)projetar de sentidos a partir da condição de ser-no-mundo em que vive e age o intérprete.

Heidegger, no âmbito da filosofia, dirá que a compreensão é um existencial, uma categoria pela qual o homem se forma. E a linguagem, nesse contexto, é condição de possibilidade, é constituidora do saber, do modo-de-ser-no-mundo. Sem ela não se chega a algo enquanto algo. Por ela, compreender é um modo de ser, o que justifica porque sentença não vem de sentir (!) e porque a suposta verdade por ela almejada não é método, mas uma questão relativa à manifestação do ser, que é tempo, história. Sentença, nesse sentido, é desocultação, desvelamento, *aletheia*.

Entretanto, as inúmeras reformas ocorridas nos últimos anos, no âmbito do direito processual civil, não se aproximaram dessa perspectiva. Dentre as aludidas reformas, diferenciou-se a denominada pela doutrina de julgamento parcial de mérito ou resolução parcial de mérito¹⁷, o que se tornou possível, no direito brasileiro, com o advento do §6.º do artigo 273 do código de procedimento, instituído pela Lei 10.444 de 2002. A questão de vanguarda da referida possibilidade é que praticamente pela primeira vez, parte da doutrina processual civil¹⁸, admitiu que antes da sentença que encerra o procedimento fosse proferido um ato judicial diferente, não somente à figura da antecipação de tutela, mas em relação às próprias decisões interlocutórias. Tal ato foi denominado de *sentença parcial*, suscetível de lograr autoridade de coisa julgada, à qual se manteve na mesma tradição liberal, rompendo, por outro lado, com o princípio (denominado *princípio da unicidade da sentença*) de que em processo civil só existe, enquanto sentença, a final, que deve ser única a julgar o fundamento fulcral do pedido realizado pelo autor da demanda.

Uma das decisões precursoras na utilização dessa sistemática, senão “a” decisão precursora, é de autoria do magistrado Pedro Luiz Pozza, no julgamento, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, do Recurso de Apelação n.º 70006762470, interposto

¹⁷ Expressão de Fredie Didier Júnior no artigo intitulado Inovações na antecipação dos efeitos da tutela e a resolução parcial do mérito. *Revista de Direito Processual Civil*, Gênesis, n.º26, 2002.

¹⁸ Dentre os processualistas que defendem a resolução parcial de mérito enquanto sentença, destaca-se, na doutrina nacional: MITIDIERO, Daniel Francisco. Sentenças parciais de mérito e resolução definitiva-fracionada da causa. In: MITIDIERO, Daniel Francisco; ZANETI JÚNIOR, Hermes. *Introdução ao estudo do processo civil*: primeiras linhas de um paradigma emergente. Porto Alegre: Ed. Fabris, 2004, p. 174. Na doutrina italiana, consultar: LUISO, Francesco. P. *Diritto processuale civile*. Milano: Ed. Giuffrè, 1999, pp. 194-195. Em posição contrária, na doutrina nacional, consultar: MARINONI, Luiz Guilherme. *Tutela Antecipatória e julgamento antecipado*. São Paulo: Ed. RT, 2002, p. 112; DIDIER JÚNIOR, Fredie. Inovações na antecipação dos efeitos da tutela e a resolução parcial do mérito. *Op. Cit.*, p. 717.

contra sentença terminativa. Segundo a lavra do próprio relator, o referido caso apresentava dois objetos: uma pretensão cominatória, visando que a apelada deixasse de estacionar seus veículos em espaço de uso comum do condomínio, bem como a desconstituição de acordo realizado anteriormente pelas partes litigantes, em que se permitira tal circunstância. Na sentença, o juízo *ad quo* proclamou a extinção sem exame de mérito dos dois pedidos, sob o fundamento de que havia coisa julgada diante da celebração do referido pactuado. Ocorre que no julgamento do Recurso de Apelação o Tribunal declarou a nulidade da transação celebrada por motivos de deficiência representativa do síndico do condomínio, o qual, de acordo com a supracitada decisão, não possuía autorização da assembleia dos condôminos para celebrar o pacto, determinando o prosseguimento do feito na instância de origem para instruir o pedido restante, já que dependente de dilação probatória.

Nesse julgamento deu-se a apreciação, pelo Tribunal, de apenas parte do mérito da causa, ocasião em que o processo retornou ao juízo de primeiro grau para instrução e julgamento do pedido restante, não apreciado na decisão. Seu fundamento jurídico foi justamente a inovação do artigo 273, §6.º, do código de procedimento vigente, que tornou possível, em havendo pedidos cumulados, que a jurisdição-processual aprecie, em caso de ser um deles incontroverso ou em havendo situação de revelia, apenas um deles, determinando o prosseguimento do outro com as fases de instrução e julgamento. Uma decisão que no supracitado julgado foi tratada como resolução parcial de mérito ou sentença parcial de mérito, através da qual se aplicou o direito definitivamente, julgando o mérito da causa a ponto de não mais permitir a discussão daquela parcela do caso concreto.

Por incrível que possa parecer, isso em razão do conceito de jurisdição por ele mesmo traçado, Chiovenda admite a possibilidade de sentenças parciais em caso de “processos reunidos ou demandas acumuladas”, estando um deles pronto a julgamento, já que referente ao mérito da demanda, ou seja, ao acolhimento ou rejeição de um determinado pedido. Para o processualista italiano, partindo-se do pressuposto de que a prestação principal do juiz pode satisfazer-se em vários momentos, como na hipótese de cumulação de ações, toda sentença que se pronuncia sobre uma das demandas, ou sobre parte de demanda, é definitiva, ainda que parcial. Uma decisão que a seu turno desafiaria o Recurso de Apelação subsequentemente à prolação da sentença parcial, não havendo motivos para seu adiamento.¹⁹

Atualmente, portanto, é possível afirmar que não é mais possível negar a existência de uma classe de decisões que não se confundem com o clássico conceito de sentença,

¹⁹ CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil*, vol. 3. Campinas: Ed. Bookseller, 1998, pp. 275-281.

enquanto ao final ou ato extintivo processual, ou ato que encerra o procedimento, tampouco com as decisões interlocutórias. Ainda que o sistema processual civil tenha recebido a inovação no interior do instituto da antecipação de tutela, já que a condicionou no §6.º do artigo 273 do código de procedimento, é inegável, ao menos a partir dos parâmetros estabelecidos neste estudo, que se está a tratar de sentença parcial de mérito, e não de outra classe de decisões interlocutórias ou de medidas antecipatórias da tutela. E isso se justifica pelo que fato de que tais decisões recaem sobre o mérito da demanda, inexistindo motivos plausíveis para condicionar seus efeitos à sentença definitiva, que teria a missão de confirmar a sentença parcial.

Daniel Mitidiero, sobre o tema, impulsionado pelo já aludido texto de Fredie Didier Júnior²⁰, bem como pelo fato de que, no mesmo, o processualista baiano afirmara que a supracitada medida pode ser enquadrada no sistema processual civil como uma decisão interlocutória, afirma que se está frente a uma sentença parcial de mérito, incompatível com a técnica antecipatória dos efeitos da tutela jurisdicional. Para Mitidiero, a inovação trazida pelo §6.º do artigo 273 do código de procedimento possibilita ao juiz decidir de forma escalonada a causa, o que depende de parcela incontroversa da lide colocada sob a apreciação jurisdicional, que então o define por um pronunciamento suscetível de ser revestido da qualidade de coisa julgada. Tal como já ocorria, por exemplo, no procedimento de prestação de contas, o dispositivo instituído pela lei 10.444 de 2002 dá azo a sentenças sucessivas que satisfazem em momentos distintos o pedido material do autor da demanda.²¹

Com isso é possível, então, afirmar que o sistema processual civil convive com sentenças finais e parciais, o que parece uma premissa atualmente inafastável da sistemática processual civil brasileira. Para este estudo, contudo, a ideia é reforçar o posicionamento de que o sistema processual também pode conviver com sentenças liminares, principalmente na satisfação dos direitos sociais.

Antes de verificar tal possibilidade, interessa investigar, também para demonstrar a existência de outros locais processuais que romperam com o procedimento ordinário, a tentativa de universalizar a sentença liminar, o que ocorreu por força da Lei 11.277 de 2006, que instituiu o artigo 285-A do código de procedimento. Lembrando que por este “mecanismo” poderá o magistrado dispensar a citação e proferir sentença liminar final, reproduzindo o teor de outras prolatadas, quando se tratar de “matéria unicamente de direito” e naquele juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros “casos

²⁰ Intitulado Inovações na antecipação dos efeitos da tutela e a resolução parcial do mérito. *Op. Cit.*

²¹ *In:* Sentenças parciais de mérito e resolução definitiva-fracionada da causa. *Op. Cit.*, pp. 165-180.

idênticos”.

Em relação ao tema, inicialmente é importante salientar que a pretensão de se construir um direito e um processo absolutamente seguros não passa de uma mera ilusão gerada pelo racionalismo-iluminista. Uma ilusão que parte de dois pressupostos básicos: a separação entre direito e fato e a concepção de que a lei possui univocidade de sentido, dispensando sua compreensão hermenêutica. Assim também se olvida que o fato é uma categoria hermenêutica a exigir interpretação, a exigir atribuição de sentido pelo intérprete.

É nesse local que se situa o disposto no artigo 285-A do código de procedimento civil vigente brasileiro, ainda influenciado diretamente pela filosofia liberal racionalista, em que o direito e o processo, além de se manterem reféns do solipsismo jurisdicional, sofreram pela pressão positivista (jurídica) na ficcionalização do texto legal como algo dissociado do sentido a ser atribuído pelo intérprete.

Essa é uma visão que demonstra inegavelmente que o processo civil de que se dispõe atualmente mantém-se adstrito ao espírito dogmático, longe das ciências da compreensão, renunciando a historicidade e a própria hermenêutica (enquanto atividade compreensiva). E que também representa os ideais de uma sociedade liberal excludente e conservadora do poder, focada na satisfação do binômio certeza-segurança.

Calha registrar que a Lei 11.277 de 2006, ao instituir o artigo 285-A no código de procedimento, parte do ficcional pressuposto de que as questões de direito são cindíveis das questões de fato! Ora: cindir o direito do fato é o mesmo que cindir ser e ente, ocultando o ser como fez a filosofia metafísica. Nessa cisão, a singularidade do caso concreto é mais uma vez atacada pela tentativa de tratar todos os casos (“idênticos”) em situação de identidade! A questão é que, ao menos na perspectiva hermenêutica, não há identidade de casos, isso porque o caso concreto, o fato, a lei, o direito, são categorias (individualizadas) que dependem de interpretação, o que o positivismo jurídico, ainda que tenha se esforçado, não conseguiu exterminar, fato que muito se deve a iniciativa de alguns pensadores como Ovídio Baptista, Castanheira Neves, Lenio Streck, Ronald Dworkin etc., os quais pensam o direito a partir de fundamentos não jurídicos, como a filosofia, a sociologia, dentre outros.

O objetivo então é alertar que as sentenças liminares, principalmente em razão da sistemática proposta pelo artigo 285-A do código, ainda que se constituam em *loci* diferenciados de prestação jurisdicional, não podem servir como instrumentos de afronta à sociedade, à Constituição. Sem adentrar profundamente na flagrante violação de inúmeros dispositivos constitucionais, tais como o contraditório, a ampla defesa, o devido processo legal, o acesso à justiça, bases do exercício da jurisdição processual no Estado Democrático

de Direito, a “ferramenta” criada pelo artigo 285-A fomenta o exercício da reprodução, marca (ultrapassada) essencial da jurisdicionalidade do Estado liberal de direito.

Ainda que a sentença liminar do artigo 285-A evidentemente rompa com o procedimento ordinário, dessa vez não se pode dizer que esse rompante é benéfico ao direito processual civil, colocando em risco a teoria processual até hoje estudada e discutida pelas academias de processo. Logicamente, o problema do referido dispositivo não é o recurso às decisões anteriormente prolatadas, algo sempre desejável no âmbito do processo, capaz de conferir congruência a cada decisão judicial. O mesmo pode se dizer em relação à utilização de precedentes dos Tribunais, do respeito ao que já foi dito em relação à dada matéria.

O problema está em utilizar tais decisões para substituir “a” decisão que em um determinado caso concreto desafia a jurisdição processual civil, sem que se reconstrua o caso que se apresenta, suas peculiaridades. Tais casos “idênticos” servem justamente para obnubilar o processo interpretativo do novo caso, escondendo a “própria coisa” que, numa linguagem hermenêutica, lembrando Heidegger, não é a “mesma coisa”.

Eis a importância, por isso, de se compreender o processo enquanto fenômeno. Não o *quê* das coisas, mas o *como* delas, já que pela lente da matriz fenomenológica o processo deve ser capaz de ir ao encontro das coisas mesmas, opondo-se à admissão pura de conceitos aparentemente verificados, às construções soltas no ar. Consiste em deixar e fazer ver por si mesmo aquilo que se mostra, tal como se mostra a partir de si mesmo. Uma concepção de processo em que não se evoca o objeto, mas o modo *como* ele se mostra, pertencente ao que se mostra numa primeira aproximação a ponto de constituir o seu sentido e fundamento.

Contudo, não é essa a razão do artigo 285-A, que a seu modo (positivista) renuncia a integridade do direito, caindo na armadilha de tentar prever todas as soluções em processo, que devem então ser pré-dadas. Acaba, por isso, sufocando-se num emaranhado de conceitos universalizantes, incapazes de lidar com os direitos sociais. Continua a ignorar que direitos e deveres legais foram criados pela própria comunidade, o que expressa uma concepção coerente de justiça e equidade. E a agir contrariamente ao discurso em favor da fidelidade de uma comunidade política aos princípios de moralidade política que inspira através do tempo o desenvolvimento das suas normas jurídicas, deixando de valorizar a continuidade transtemporal e a coerência das justificações jurídicas (François Ost).

Não há, na proposta de universalização da sentença liminar pelo artigo 285-A do código de procedimento, qualquer indício de exigência por uma hermenêutica crítica no instante da interpretação (aplicação) do direito e do processo, razão pela qual na sua gênese encontra-se a desconstrução da atividade processual a partir da ausência de uma leitura

constitucional de seus institutos e da utilização dos princípios constitucionais. Como diria Warat, tal ferramenta está inserida no sentido comum teórico que se sacralizou no imaginário dos juristas, deixando de lado o diálogo com a história, ignorando a tradição (autêntica).

O renomado processualista Luis Guilherme Marinoni demonstrou-se adepto a esse procedimento, referindo que a questão das ações repetitivas está intimamente ligada à força vinculante das decisões dos tribunais superiores, sugerindo que as decisões liminares de improcedência também fizessem menção a súmulas desses tribunais. Sobre a aludida força vinculante dos Tribunais, aduz o processualista que uma de suas objeções estaria na alegação de que assim estar-se-ia a ferir o princípio da livre convicção judicial e a prerrogativa do juiz de dizer o direito conforme sua consciência.²² Somente nesse ponto já é possível constatar que o presente estudo não coaduna da posição adotada pelo jurista. Todavia, prossegue o mesmo ainda a dizer que as decisões que afrontam súmulas dos tribunais superiores soam como um lamentável exercício de rebeldia, que só se transforma em realidade no caso em que a decisão estadual ou regional se torna coisa julgada diante da falta de preparo dos advogados em empregar os devidos recursos para corrigir a interpretação extravagante.²³

Sobre o tema específico, as sentenças liminares de improcedência, leciona Marinoni que tal procedimento é justificável na busca da eliminação da possibilidade da propositura de ações que objetivem pronunciamentos sobre temas pacificados em decisões reiteradas do próprio juízo de primeiro grau ou dos tribunais, tomadas em casos idênticos. Ainda, aduz que “é racional que o processo que objetiva decisão acerca de matéria de direito sobre a qual o juiz já firmou posição em processo anterior seja desde logo encerrado, evitando gasto de energia para a obtenção de decisão a respeito de ‘caso idêntico’ ao já solucionado”.²⁴

O posicionamento de Marinoni, sob três aspectos, mostra-se absolutamente contrário a este trabalho, ou vice e versa. O primeiro dispensa maiores comentários, já que relacionado ao recurso da consciência do juiz, o que se tem incessantemente combatido.²⁵ Em relação ao segundo, ainda que o respeito aos precedentes seja uma providência necessária para a jurisdição processual exigida pelo Estado Democrático de Direito, não há como coadunar da tese de que as decisões que afrontam súmulas são “exercícios de rebeldia” dos juízes. Uma afirmativa dessa natureza tem justamente o poder de ressuscitar aquele juiz de perfil

²² In: *Ações repetitivas e julgamento liminar*. Disponível em: www.professormarinoni.com.br/manage/pub/anexos/20080129021407ACOES_REPETITIVAS_E_JULGAME_NTO_LIMINAR.pdf. Acesso em: 19.10.2010.

²³ In: *Ações repetitivas e julgamento liminar*. Op. Cit.

²⁴ *Idem, ibidem*.

²⁵ Para tanto, mais uma vez, consultar nosso *Processo civil e hermenêutica: a crise do procedimento ordinário e o redesenho da jurisdição processual civil pela sentença (democrática) liminar de mérito*. Op. Cit.

jupiteriano; o modelo meramente reprodutor da lei, de raízes liberais. O terceiro e último aspecto da visão marioniana, a que se vai de encontro neste trabalho, é a afirmativa de que um processo repetitivo merece ser desde logo encerrado, já que se refere a caso idêntico. O que seria realmente um caso idêntico? Segundo a doutrina processual civil, um caso só é idêntico a outro quando presentes as mesmas partes, pedido e causa de pedir, e nesse caso a decisão, ao invés de definitiva, deveria ser terminativa, haja vista que a litispendência ou a coisa julgada são pressupostos processuais!

Isso tudo demonstra que tem razão Castanheira Neves, especialmente quando adverte que o direito tende a ser vítima de uma nítida tentativa de fungibilização do fático, como também o tem Ovídio Baptista, alertando ao perigo de se considerarem as lides em posição de identidade, merecendo, assim, o mesmo tratamento. É dessa forma que o caso concreto perde completamente sua singularidade, tornando-se uma espécie de exemplar de um gênero que o absorve, dando azo à construção de sentenças objetivas, eliminando qualquer possibilidade de compromisso ético daquele que as prolata.²⁶

Não é possível pensar no problema da efetividade do processo civil tendo-se por critério geral a obsessão pelo tempo, impondo-se que a jurisdição processual haja da forma mais rápida possível. O problema do processo é o problema da renúncia à história, da renúncia à tradição autêntica, o que praticamente expurgou e vem expurgando uma compreensão hermenêutica do fenômeno processual.

Por óbvio, isso também afetou e ainda afeta o instituto da coisa julgada, que carece de uma releitura hermenêutica. O pano de fundo, considerando-se os já enfrentados resquícios de rompantes ao procedimento ordinário, está na estrutura das sentenças liminares (de mérito). Trata-se, como logo se verá, também de um redesenhar, em processo civil, da valorização do caso concreto²⁷; da história²⁸ e da tradição²⁹ (no que se refere à satisfação dos

²⁶ SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Epistemologia das ciências culturais*. Porto Alegre: Ed. Verbo Jurídico, 2009, p. 09.

²⁷ A preocupação com a valoração do concreto em contraposição ao abstrato é objeto da obra de Castanheira Neves intitulada *O atual problema metodológico da interpretação jurídica*. Coimbra: Ed. Coimbra, 2003, pp. 12 e seguintes. Reportando-se a Ihering, leciona o autor português: “o direito existe para se realizar”. Logo, o pensamento jurídico tende a ir para além do positivismo legalista, o que condiciona o problema da interpretação jurídica ao ato metodológico de determinação do sentido normativo-jurídico no instante da realização do direito, levando-se em consideração às concretas exigências do problema jurídico a resolver. Consequentemente: a) norma e interpretação são incidíveis; b) a norma só se determina através da concreta resolução dos problemas jurídicos que a invoque como seu critério.

²⁸ Leciona Gadamer que o jurista tem uma tarefa exclusivamente prática. Ao sentenciar, por exemplo, podem entrar em jogo muitas considerações político-jurídicas, o que leva o juiz a pautar-se em uma interpretação “correta”, o que implica o necessário imbricamento entre a história e a atualidade. Sobre o tema consultar: GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1997, p. 19.

direitos sociais); da práxis judiciária (enquanto produtora de precedentes judiciais); da necessidade em ultrapassar a construção do conhecimento isolado (desprovido de compreensão)³⁰; da proteção constitucional relacionada à condução da tempestividade da prestação jurisdicional; da aproximação entre jurisdição e comunidade; dos próprios princípios processuais constitucionais e da participação democrática, condições de possibilidade para a construção de um direito íntegro; finalmente, da possibilidade em se trabalhar com a coisa julgada diante de uma perspectiva hermenêutica.

2 A hermenêutica da coisa julgada nas sentenças liminares

O procedimento ordinário, da forma como estruturado há séculos, não é capaz atualmente de atender à satisfação dos direitos sociais, principalmente em razão do fato de que o ritualismo que lhe é peculiar afasta (metafisicamente) o intérprete do objeto processual (do fato/direito).

Entretanto, como lidar com um processo que há décadas continua a tutelar o meio ambiente, a bioética, o biodireito, a bioengenharia, o consumidor, dentre outros direitos tão importantes atualmente através de um procedimento moroso e de longa duração, como o rito ordinário? Nesse mesmo sentido, como transformar um processo que além de renunciar o novo, a mudança, continua a insistir na certeza, na renúncia ao processo interpretativo, no inter-relacionamento entre ordinariedade e racionalismo? Ainda, como valorizar o processo interpretativo no plano processual visando à satisfação dos direitos sociais? E principalmente: como pensar a coisa julgada num ambiente em que se fundem sumarização e democratização do processo? Essas são as principais inquietações que alimentam o desejo de pensar algo diferente para o processo civil no século XXI.

Por essas e outras é que o presente estudo parte do pressuposto de que um novo olhar sobre o direito processual civil se faz necessário. Esse novo olhar passa pela necessidade em se reconstruir o significado das decisões liminares, que aqui assumem a feição de decisões construídas em ambientes sumarizados, e sua relação com a coisa julgada. Trata-se de um desejo constitucional, afinal de contas é a Constituição quem estabelece o conjunto das

²⁹ Segundo François Ost, tradição é o elo lançado entre as épocas. Uma continuidade viva da transmissão de crenças e práticas. No entanto, para romper com qualquer semelhança ao conservadorismo ou ao dogmatismo, a tradição não sobrevive sem adaptação, sem a aptidão para produzir coisas inéditas em quadros antigos. Logo, o enigma da tradição está em renovar o fio da continuidade, incorporando a inovação e a reinterpretção que o presente exige. Este é o local onde a herança é incessantemente modificada. In: *O tempo do direito*. Tradução de Maria Fernanda Oliveira. Lisboa: Ed. Instituto Piaget, 1999, pp. 63-66.

³⁰ ROSA, Alexandre Morais da; LINHARES, José Manuel Aroso. *Diálogos com a Law & Economics*. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Iuris, 2009, p. 29.

garantias e direitos sociais, bem como também invoca a necessidade de duração razoável do processo.

Reconstruir o significado da expressão “liminar” para a satisfação dos direitos sociais é dar-se conta de que qualquer forma de sumarização processual não oferece aquela segurança desejável pela sociedade liberal dos séculos XVIII e XIX em que ao indivíduo, notadamente o demandado, em processo, assegurava-se a mais absoluta ampla e exauriente defesa. E que serviu, por isso, à sedimentação da coisa julgada como hoje a conhecemos.

O problema relacionado à questão das decisões liminares é que classicamente tais provimentos são, em regra, ou inseridos no curso do processo de conhecimento, revelando uma relação de dependência praticamente irrenunciável no processo moderno, ou ainda dependentes de um procedimento principal, como o são, no Brasil, respectivamente, as formas de antecipação de tutela dos artigos 273, 461 e 461-A e o processo cautelar. Anteriormente à instituição das medidas antecipatórias, o sistema processual civil dispunha de poucas espécies de procedimentos relacionados à possibilidade de concessão de liminares, sendo os principais o próprio processo cautelar, o procedimento das ações possessórias, do mandado de segurança, da ação de alimentos, da ação de nunciação de obra nova, etc.

Tal fato justifica porque, na tentativa de fugir do procedimento ordinário, as medidas cautelares satisfativas autônomas acabaram por muitos anos se tornando a panaceia das tutelas de urgência. Essa foi a única medida urgente criada pela doutrina de processo civil em que realmente não havia relação de dependência com uma ação principal. Entretanto, foi sempre considerada uma falsa espécie cautelar, já que utiliza o rito cautelar a fins satisfativos, fato que contemporaneamente lhe retirou uma maior aplicabilidade e legitimidade (principalmente em razão do contraditório e da ampla defesa, alçados a princípios constitucionais também no âmbito do direito processual civil). Essas medidas processuais acabaram sendo ofuscadas com a universalização das medidas antecipatórias, representando a instituição de um processo interdital, mas que diante da filiação à doutrina clássica foram concebidas no interior do processo de conhecimento, elemento que sabidamente também limitou a sua utilização.

Tais constatações justificam, repita-se, à satisfação dos direitos sociais, pensar no redimensionamento do significado dos provimentos liminares, jogando-as no interior de ambientes de sumarização processual e material, desde que democraticamente constituídos. O que se pode considerar no mínimo intrigante nessa proposta está em conciliar sumarização com democracia processual, partindo-se do pressuposto de que qualquer espécie de sumarização está obrigatoriamente relacionada a uma questão de urgência, o que pressupõe sua concessão à surpresa do demandado.

Todavia, não é exatamente essa a concepção central deste estudo. A satisfação dos direitos sociais não está relacionada necessariamente à alguma situação de urgência. Logo, entre sumarização e democratização interessa dar primazia aos juízos de aparência, não se restringindo a proteger um direito emergencial, mas a própria causa que não pode esperar.

Daí a igual necessidade em se rever a teoria tripartite processual, em que ao judiciário foi delegada uma posição hierarquicamente superior a das partes, deixando de lado a participação dos sujeitos processuais. Interessa, portanto, rumar à construção de uma jurisdição processual de poder difundido, principalmente a partir da participação da sociedade, em que, como assinala Dierle Nunes, todos os interessados influenciem na formação das decisões.³¹ Em levar à construção do ato jurisdicional o debate dos interessados, a discussão entre todos os sujeitos processuais, tendo-se em vista o respeito aos princípios constitucionais, de forma que, como sustenta Trocker, os atingidos pela decisão possam contribuir para sua formação.³²

É possível, contudo, ir além. Ao se redefinir o sentido da expressão *liminar*, democratizando-se a jurisdição no interior de novos locais de sumarização, está-se a trabalhar com ambientes processuais que não guardam relação de dependência com outros procedimentos. Esses ambientes rompem por completo com qualquer pretensão de inter-relacionamento com o procedimento ordinário, uma vez que partem da premissa de que julgar não é somente proferir sentença final (declaratória), mas também sentenças liminares, ultrapassando a visão liberal de processo civil (que reconhece apenas as sentenças declaratórias, condenatórias e constitutivas) para reconhecer independência às cargas de eficácia mandamental e executiva *lato sensu*, não mais adstritas à eficácia condenatória.

Ademais, há de se alertar que quando se está a tratar de sumarização é fundamental dizer que também se está a tratar da sumarização da cognição, não somente da concentração de atos processuais, ainda que este seja um elemento importante para este estudo. Se o objetivo é propor locais de encurtamento processual no tempo, é imperioso advertir que esse encurtamento não é somente processual, mas também material, o que leva ao encurtamento da própria cognição em contraposição à plenariedade do rito ordinário.³³

³¹ NUNES, Dierle José Coelho. *Processo jurisdicional democrático*. Curitiba: Ed. Juruá, 2009, p. 203.

³² TROCKER, Nicolo. I limiti soggettivi del giudicato tra tecniche di tutela sostanziale e garanzie di difesa processuale. In: *Rivista di diritto processuale*. Padova: Ed. Cedam, 1988, pp. 50-95.

³³ Compartilham dessa posição os seguintes processualistas, nas seguintes obras: SALDANHA, Jânia Maria Lopes. *Substancialização e efetividade do direito processual civil: a sumariedade material da jurisdição*. Curitiba: Ed. Juruá, 2011. FABRÍCIO, Adroaldo Furtado. *Doutrina e prática do procedimento sumaríssimo*. Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, 1977, p. 41; ASSIS, Araken de. *Procedimento sumário*. São Paulo: Ed. Malheiros, 1996, p. 11.

Para este estudo, diante do que se referiu até o momento, interessa, portanto, submeter os direitos sociais a um sistema de fracionamento de demandas, a fim de que o direito material levado à jurisdição seja eficazmente satisfeito. A questão central é que a primeira parte da demanda ocorra de forma oral, sumarizada e democrática. Na segunda, tem o prejudicado, querendo, a possibilidade de buscar seus interesses pela via da *ordinariedade* e da *plenariedade*, desde que superada, como logo se verá, a coisa julgada.

No seio das sentenças liminares, primeira parte da demanda oralizada, assim compreendidas enquanto constituintes de novos ambientes processuais, se concentram: a) o exercício do contraditório entre as partes; b) o debate sobre as teses da ação e da defesa; c) o debate sobre a prova *prima facie*, tanto a apresentada documentalmente quanto a produzida oralmente na audiência; d) a intervenção do *amicus*, ultrapassando a visão liberal que vê o processo como instrumento entre juiz, autor e réu; e) a construção de uma decisão sob os pilares da aparência; f) a construção de uma decisão participada (democratizada), com a efetiva contribuição de todos os envolvidos.³⁴

O fato é que a demanda envolvendo algum direito social fundamental que tenderia a *ordinariedade*, justamente a partir do demandado pelo próprio direito, pode ser fracionada, de modo a permitir esse encontro entre oralidade, sumarização e democratização processual. A sumarização da demanda ocorre no seio da *sentença liminar*, local processual em que o direito material acaba sumarizadamente limitando tanto as questões de ação quanto as de defesa, cortando-se verticalmente uma parcela da demanda plenária³⁵, já que fundamentalmente recai sobre uma questão de fato a merecer proteção constitucional.

Amparado por uma produção probatória *prima facie* –, renunciando verdades eternas e certezas ficcionais –, apta a demonstrar, por verossimilhança, o direito material social fundamental levado à jurisdição pela via da aparência, as sentenças liminares, a partir da prática oral, do contraditório e da abertura à sociedade, todos realizáveis no interior de uma audiência (aqui, denominada de audiência liminar), tem todas as condições em romper com a *ordinariedade* no processo civil e levar o processo civil a ser desenhado por uma filosofia em que a atividade interpretativa seja a-dogmática. Seja forjada diretamente no sangramento do cotidiano processual em busca da satisfação dos direitos sociais postos em juízo, resgatando o fato concreto vilipendiado pelo positivismo jurídico e pela filosofia da consciência. Assim,

³⁴ Isso faz lembrar Marcelo Cattoni, para quem é através do processo judicial realizado em contraditório juntamente com o magistrado que a função jurisdicional é exercida. Consultar: Processo e Jurisdição Constitucional. In: CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade (Org.). *Jurisdição e Hermenêutica Constitucional*. Org. Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira. Belo Horizonte: Ed. Mandamentos, 2004, p. 454.

³⁵ Ver essa possibilidade, em outro contexto, na obra de Ovídio Baptista intitulada *Processo e ideologia: o paradigma racionalista*. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 157.

funda-se na tentativa de substancialização do direito processual civil, valorizando a Constituição enquanto instrumento vinculante e programático, enquanto base de toda a juridicidade.

A decisão construída nesse *locus* processual tem tudo para alcançar o título de *resposta* (constitucionalmente) *correta*, já que diretamente permeada pela atenção ao plano fático, pela Constituição, pelo debate e pela participação de todos os envolvidos, incluindo-se aí, conforme o caso, a própria sociedade. Insta ressaltar que o encontro de respostas corretas está para este estudo como um fim a ser alcançado, o que pressupõe que o mesmo se dê por intermédio de um juiz que tenha ciência da responsabilidade social e política de suas decisões, buscando dar coerência e integridade ao direito, ciente principalmente de sua responsabilidade ante uma Constituição diretiva fundamental.

Está-se a sustentar, com isso, a construção de uma decisão democrática, em que se aproximam procedimento e substância, e em que as possibilidades de decisionismos (positivista) deverão ceder à percepção integrativa do direito, a construção de um discurso caracterizado pela produção de justificações transtemporais³⁶, exigindo a aplicação do direito (no processo) de forma coerente com o plano fático e material-constitucional. Não com argumentos de política (que, para Dworkin, descrevem objetivos), mas com argumentos de princípios (constitucionais, evidentemente) que prescrevem direitos³⁷ e decisões judiciais pré-existentes (daí o romance em cadeia de Dworkin, enquanto algo escrito por uma série de romancistas, onde cada um interpreta os capítulos que recebeu para escrever um novo capítulo), blindando a possibilidade da emissão de um provimento em conformidade à consciência do julgador.

Afinal de contas, como ensina Dworkin³⁸, se há sempre uma dimensão moral que delinea cada julgamento pelo judiciário, essa dimensão não pode ser invadida solitariamente pelo magistrado, mas a partir da participação de todos os envolvidos. E aqui, participação não somente é participação em audiência (cumprindo o princípio da bilateralidade das partes em audiência), mas construção do provimento em participação, guiado por princípios de direito

³⁶ Como, por exemplo, a proteção às gerações futuras nas ações ambientais.

³⁷ DWORKIN, Ronald. *Uma questão de princípio*. Tradução de Luís Carlos Borges. 2ª edição. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005, pp. 03-39. Os argumentos de princípio, segundo Dworkin, justificariam uma decisão política, a partir da necessidade desta decisão respeitar um direito de alguém, ou de uma coletividade. Logo, o princípio estaria relacionado a um determinado modelo em favor de um direito, justificando porque, para o jusfilósofo americano, as decisões judiciais devem ser construídas por princípios constantes na Constituição. In: *Levando os direitos a sério*. Tradução de Nelson Boeira. 2ª edição. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2007, pp. 141-142.

³⁸ DWORKIN, Ronald. *O império do Direito*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 04.

que orientem (fechando e não abrindo) a interpretação em processo; que dêem um sentido coerente ao direito e ao caso concreto.

Esse ambiente trabalha com a produção de sentenças (liminarmente sumarizadas, mas que não vem de sentir!), não com meras decisões interlocutórias sobre o processo. Correspondem a uma parcela da lide, desafiando uma sistematização recursal afinada com uma hermenêutica constitucional capaz de evitar julgamentos monocráticos, julgamentos fulcrados na “jurisprudência dominante”, julgamentos “generalizados”, julgamentos construídos sob a diferenciação entre “questão de direito e de fato”³⁹, julgamentos “quantitativos”, “por atacado”, etc.

As sentenças liminares, no interior desse sistema fracionado de demandas, carecem de uma caracterização diferenciada da coisa julgada, já que ela tem seu lugar no paradigma instituído pelo Estado Democrático de Direito. O fato é que, numa perspectiva hermenêutica, partindo-se do pressuposto de que a coisa julgada é um ente em seu ser, não pode a mesma ser transformada numa metafísica ferramenta para obnubilar o aparecer do caso concreto em sua singularidade. Isso significa que à coisa julgada – ao menos para este estudo – deve ser atribuído sentido pelo intérprete, o que a pressupõe como algo absoluto ou relativizável somente diante de um caso concreto particular em que tenha aflorado uma inconstitucionalidade.

Lembra Dierle Nunes que essa possibilidade foi trabalhada de forma precursora por Paulo Otero (na obra *Ensaio sobre o caso julgado inconstitucional*. Lisboa: Ed. Lex, 1993), que enfaticamente defende não ser possível a convalidação de sentença passada em julgado que contrariar a Constituição. Seriam, portanto, inválidas, as decisões judiciais desconformes à Constituição, característica que poderia ser adquirida pelo julgado se ele: a) violar diretamente um preceito ou princípio constitucional; b) aplicar, como fundamento, uma norma inconstitucional e c) recusar a aplicação de uma norma com o fundamento de que ela é inconstitucional, sem que se verifique nela qualquer inconstitucionalidade.⁴⁰

Bingo: o julgado de um caso concreto eivado de inconstitucionalidade! Para este estudo, é nele que o dogma da coisa julgada pode ser então flexibilizado na segunda parte demanda, esta de índole ordinarizada – deixando a coisa julgada, portanto, de ser um dogma. Isso leva à conclusão de que a coisa julgada, em sua relação com as sentenças liminares, somente pode ser fragilizada pela demanda ordinária quando confrontada com outros

³⁹ Em relação a esse tema, vale a pena consultar a brilhante exposição de Adalberto Hommerding na obra *Fundamentos para uma compreensão hermenêutica do Processo civil*. Op. Cit., pp. 256-269.

⁴⁰ NUNES, Dierle; BAHIA, Alexandre; CÂMARA, Bernardo Ribeiro; SOARES, Carlos Henrique. *Curso de direito processual civil: fundamentação e aplicação*. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2011.

princípios constitucionais.⁴¹ Está-se com isso a sustentar a possibilidade de se dar definitividade ao resultado de um juízo não-exauriente (o juízo das sentenças liminares).

Definitividade que só ruiria na ocorrência de uma decisão contrária a preceitos ou princípios constitucionais (ou aos dois demais casos mencionados por Paulo Otero), o que ao fim e ao cabo levaria à nulidade da decisão, tornando possível sua rediscussão em juízo, mesmo depois de esgotados os recursos tradicionais (hipótese já recepcionada pelo STF no ano de 2011 no RE n.º363889). Um exame, todavia, que só encontra lógica no caso a caso, e que em hipótese alguma deve admitir soluções pré-concebidas ou qualquer outra fórmula anterior universalizante.

Isso porque tais hipóteses não podem ser previstas. Também não se está aqui a trabalhar com decisões injustas, abusivas, etc.⁴² Para este estudo especificamente, se o Estado Democrático de Direito, e isso parece ser algo inarredável em pleno século XXI, dá preferência principalmente aos direitos constitucionais sociais, eles é que darão o rumo para a possibilidade de relativização da coisa julgada na demanda ordinarizada.

A partir deles, dos direitos sociais, é que se torna possível viabilizar que um ambiente processual sumarizado, construído sob os pilares da aparência, contando com a inserção do intérprete em seu contexto, torne-se autônomo e, dadas as circunstâncias do caso concreto, definitivo. Repita-se: é a própria satisfação dos direitos sociais, que não toleram a demora, quem está por demandar esse re-pensar da jurisdição processual, o que faz desvelar o encontro hermenêutico entre processo e coisa julgada.

Considerações Finais

Os direitos sociais, pelo que incessantemente já se fez alusão, exigem uma postura processual apta à sua satisfação no século XXI. Não podem mais permanecer na posição de reféns do procedimentalismo ordinário, tampouco das tradicionais medidas antecipatórias, apêndices do processo de conhecimento. O processo civil necessita ser jogado no interior de uma filosofia em que através da linguagem o julgador possa fundamentar adequadamente sua

⁴¹ Nesse sentido, consultar: MIRANDA, Jorge. *Manual de direito constitucional*. Tomo II. Coimbra: Ed. Coimbra, 1996, pp. 493-494; DINARMARCO, Cândido Rangel. *Relativizar a coisa julgada material*. In: Revista da Ajuris – Associação dos juízes do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ajuris, n.º 83, set. 2001, p. 63.

⁴² Essa é uma das preocupações de Ovídio Baptista em relação ao tema da relativização da coisa julgada. Para o jurista gaúcho seria inconcebível falar-se em flexibilização da coisa em razão da prolatação de uma decisão injusta, já que tal conceito é indeterminado. Para um maior aprofundamento, consultar: SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Coisa julgada relativa?* In: Revista Jurídica: órgão nacional de doutrina, jurisprudência, legislação e crítica judiciária. Porto Alegre, ano 52, 2004, pp. 11-12.

decisão, o que significa, noutras palavras, repensar os fundamentos de existência do processo civil.

Ovídio Baptista foi incansável nessa missão, que poderia ser resumida na seguinte frase, dita muitas vezes por ele: “é preciso compreender hermeneuticamente o processo civil”. Hoje é possível entender a lição do mestre. O que sempre desejou é que o processo fosse tratado enquanto uma ciência da compreensão, e que aquele que se propõe a investigá-lo jamais esqueça em dar-se conta do compromisso medular do processo com o direito romano-canônico, com os ideais da filosofia racionalista e do liberalismo político. O professor Lenio Streck acrescentaria mais um elemento: a filosofia da consciência, que até hoje sustenta o agir processual dos inúmeros foros de direito situados no território brasileiro.

Pensar em alternativas, como diria o saudoso processualista, para superar a “cegueira ideológica”⁴³ em que o processo está embebido, torna hoje possível sustentar a existência de locais processuais diferenciados para satisfazer com efetividade os direitos sociais. Este estudo, nesse desiderato, optou pelo caminho da necessária leitura hermenêutica da coisa julgada, tomando como pano de fundo a tese das sentenças liminares.

Nela, filosofia e processo encontram-se, principalmente diante da possibilidade de se pensar em novos ambientes processuais de abertura à sociedade, rompendo com a estrutura tripartite e com o clássico distanciamento cognitivo entre o juiz e a prova (e demais elementos da causa) que deve compreender, entre o juiz e as próprias partes, entre o juiz e a Constituição. E mais: para superar a tal cegueira ideológica, sustenta a aproximação entre procedimento, direito e sociedade, o que pode ser alcançado por meio desse novo agir processual sumário que atenda liminarmente as pretensões de direito material-constitucional, em especial as de caráter social.

Nisso é que a coisa julgada encontra um lugar de destaque, na medida em que o já esboçado sistema de fracionamento de demandas prescindir de que a coisa julgada, em processo, seja relida para não impedir singularidades. Daí admitir-se, nesses casos, sua relativização. Ora: hermeneuticamente, somente é possível falar na coisa julgada não como algo universal ou metafisicamente universalizado. A condição de possibilidade, ao que agora se desvela, está em trabalhar com o processo civil enquanto fenômeno, deixando visualizar sua fenomenologia enquanto condição para o desvelamento do caso concreto e da Constituição, impedindo assim que à coisa julgada seja atribuído qualquer sentido, ou se

⁴³ Cf. SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Processo e ideologia: o paradigma racionalista*. *Op. cit.*, p. 101.

olvidando que a coisa prescinde da atribuição de sentido, sempre, pelo intérprete, o que depende de sua pré-compreensão da Constituição.

Referências

- ASSIS, Araken de. *Procedimento sumário*. São Paulo: Ed. Malheiros, 1996.
- CALAMANDREI, Piero. *Introdução ao Estudo Sistemático dos Procedimentos Cautelares*. Tradução de Carla Roberta Andreasi Bassi. Campinas: Ed. Servanda, 2000.
- CASTANHEIRA NEVES, Antonio. *O atual problema metodológico da interpretação jurídica*. Coimbra: Ed. Coimbra, 2003.
- CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade (Org.). *Jurisdição e Hermenêutica Constitucional*. Org. Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira. Belo Horizonte: Ed. Mandamentos, 2004.
- CHEVALLIER, Jacques. *O Estado pós-moderno*. Tradução de Marçal Justen Filho. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2009.
- CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil*. Vols. 1, 2 e 3. Campinas: Bookseller, 1998.
- CRUZ E TUCCI, Rogério. *Tempo e processo: uma análise empírica das repercussões do tempo a fenomenologia processual (civil e penal)*. São Paulo: Ed. RT, 1997.
- DIDIER JÚNIOR, Fredie. Inovações na antecipação dos efeitos da tutela e a resolução parcial do mérito. *Revista de Direito Processual Civil*, Gênesis, n.º26, 2002.
- DINARMARCO, Cândido Rangel. *Relativizar a coisa julgada material*. In: Revista da Ajuris – Associação dos juízes do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ajuris, n.º 83, set. 2001.
- DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*. Tradução de Nelson Boeira. 2ª edição. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2007.
- _____. *Uma questão de princípio*. Tradução de Luís Carlos Borges. 2ª edição. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.
- _____. *O império do Direito*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FABRÍCIO, Adroaldo Furtado. *Doutrina e prática do procedimento sumaríssimo*. Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, 1977.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1997.

HOMMERDING, Adalberto Narciso. *Fundamentos para uma compreensão hermenêutica do Processo civil*. Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, 2007.

ISAIA, Cristiano Becker. *Processo civil e hermenêutica: a crise do procedimento ordinário e o redesenhar da jurisdição processual civil pela sentença (democrática) liminar de mérito*. Curitiba: Ed. Juruá, 2012.

_____. *Processo civil, atuação judicial e hermenêutica filosófica*. Curitiba: Ed. Juruá, 2011.

LIEBMAN, Enrico Tullio. *Eficácia e autoridade da sentença*. Tradução de Alfredo Buzaid e Benvindo Aires; Tradução de textos posteriores à edição de 1945 e notas relativas ao direito brasileiro vigente, Ada Pellegrini Grinover. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

LUISO, Francesco. P. *Diritto processuale civile*. Milano: Ed. Giuffrè, 1999.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Tutela Antecipatória e julgamento antecipado*. São Paulo: Ed. RT, 2002.

MIRANDA, Jorge. *Manual de direito constitucional*. Tomo II. Coimbra: Ed. Coimbra, 1996.

MITIDIERO, Daniel Francisco. Sentenças parciais de mérito e resolução definitiva-fracionada da causa. In: MITIDIERO, Daniel Francisco; ZANETI JÚNIOR, Hermes. *Introdução ao estudo do processo civil: primeiras linhas de um paradigma emergente*. Porto Alegre: Ed. Fabris, 2004.

NUNES, Dierle José Coelho. *Processo jurisdicional democrático*. Curitiba: Ed. Juruá, 2009.

OST, François. *O tempo do direito*. Tradução de Maria Fernanda Oliveira. Lisboa: Ed. Instituto Piaget, 1999.

NUNES, Dierle; BAHIA, Alexandre; CÂMARA, Bernardo Ribeiro; SOARES, Carlos Henrique. *Curso de direito processual civil: fundamentação e aplicação*. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2011.

ROSA, Alexandre Morais da; LINHARES, José Manuel Aroso. *Diálogos com a Law & Economics*. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Iuris, 2009.

SALDANHA, Jânia Maria Lopes. *Substancialização e efetividade do direito processual civil: a sumariedade material da jurisdição*. Curitiba: Ed. Juruá, 2011.

SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Epistemologia das ciências culturais*. Porto Alegre: Ed. Verbo Jurídico, 2009.

_____. *Curso de Processo Civil*, volume II: processo cautelar (tutelas de urgência). 4ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2007.

_____. *Processo e ideologia: o paradigma racionalista*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

_____. Revista Jurídica: órgão nacional de doutrina, jurisprudência, legislação e crítica judiciária. Porto Alegre, ano 52, 2004.

_____. Processo de Conhecimento e procedimentos especiais. In: *Da sentença liminar à nulidade da sentença*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2002.

TROCKER, Nicolo. I limiti soggettivi del giudicato tra tecniche di tutela sostanziale e garanzie di difesa processuale. In: *Rivista di diritto processuale*. Padova: Ed. Cedam, 1988.